



## Documento final:

---

Webinar sobre “Lutar contra as narrativas anti-direitos e refletir sobre a Resolução 275”

13 de agosto de 2024

## 1. Introdução

O webinar intitulado “Enfrentar as Narrativas Anti-Direitos enquanto Reflete sobre a Resolução 275”, organizado pela Pan Africa ILGA a 9 de julho de 2024, reuniu 50 participantes para discutir os desafios e estratégias em curso para proteger os direitos das minorias sexuais e de género em África. O evento contou com a participação dos oradores Christian Rumu, da Amnistia Internacional, e Varyanne Sika, da Synergia. Os principais objectivos eram examinar e desafiar as narrativas anti-direitos prevalentes em África, refletir sobre o significado e o impacto da Resolução sobre a Proteção contra a Violência e outras Violações dos Direitos Humanos contra Pessoas com base na sua Orientação Sexual ou Identidade de Género, real ou imputada (Resolução 275), e inspirar os participantes a promover os direitos das minorias sexuais e de género e a combater a discriminação nas suas comunidades.

## 2. Situação atual

Em África, as minorias sexuais e de género enfrentam desafios significativos, exacerbados por narrativas anti-direitos perpetuadas por instituições religiosas, líderes políticos e movimentos bem financiados. As doutrinas religiosas são frequentemente utilizadas de forma incorrecta para justificar a discriminação, criando uma cultura de medo e de domínio. Os líderes políticos, influenciados por entidades conservadoras, iniciam e lideram processos legislativos para promulgar leis que criminalizam e oprimem as minorias sexuais e de género, violando os direitos humanos e impedindo o progresso previsto na Resolução 275. Movimentos anti-direitos bem coordenados utilizam recursos substanciais para difundir desinformação e angariar apoio contra as minorias sexuais e de género, tornando difícil para as organizações de defesa dos direitos contrariar eficazmente a sua influência. A implementação inconsistente e a falta de aplicação da Resolução 275 por parte da Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos e dos seus estados-membros dificultam ainda mais a sua eficácia na proteção dos direitos SOGIESC em todo o continente.

## 3. Pontos de debate

O webinar destacou várias questões fundamentais. As instituições religiosas foram identificadas como principais proponentes de narrativas anti-direitos, manipulando doutrinas para justificar a discriminação. Foi demonstrado que o financiamento político desempenha um papel crucial na promoção da legislação anti-

direitos, com os líderes a utilizarem o seu poder e recursos para oprimir as minorias sexuais e de género. Foi também discutido o desafio colocado por movimentos anti-direitos bem coordenados e bem financiados, sublinhando a dificuldade de contrariar a sua influência. A educação e a produção de conhecimentos foram sublinhadas como instrumentos essenciais para dismantelar estereótipos nocivos e promover uma sociedade mais inclusiva. Foi salientada a necessidade de mecanismos sólidos de aplicação e cumprimento da Resolução 275, bem como a importância da inclusão da língua nos documentos e relatórios oficiais para influenciar positivamente a opinião pública e as políticas. Foram também mencionadas questões específicas, como as detenções arbitrárias de minorias sexuais e de género no Mali e os desafios enfrentados pelos refugiados e requerentes de asilo na República Democrática do Congo, no Ruanda, no Quênia e no Uganda. Por último, foi sublinhada a importância do reforço das capacidades e do apoio jurídico aos activistas e às organizações, a fim de melhorar a sua capacidade de contestar eficazmente as narrativas anti-direitos.

#### **4. Recomendações acionáveis**

- Defender a implementação e a aplicação consistentes da Resolução 275 em todos os países africanos e desenvolver quadros jurídicos sólidos para proteger as minorias sexuais e de género da discriminação e da violência.
- Implementar programas educativos que promovam informação correta sobre os direitos das minorias sexuais e de género. Colaborar com líderes religiosos e comunitários para desafiar doutrinas discriminatórias e promover a inclusão.
- Reforçar a capacidade das organizações baseadas nos direitos para contrariar as narrativas dos movimentos anti-direitos bem financiados, utilizando os meios de comunicação social e outras plataformas para divulgar informações exactas e angariar apoio para os direitos das minorias sexuais e de género.
- Desenvolver programas de apoio específicos para refugiados e requerentes de asilo pertencentes a minorias sexuais e de género, a fim de garantir a sua segurança e o acesso a recursos nos campos de refugiados e durante o processo de asilo.
- Promover a utilização de linguagem inclusiva e não discriminatória em documentos oficiais, relatórios e meios de comunicação social para ajudar a mudar a opinião pública e as políticas no sentido de uma maior aceitação das minorias sexuais e de género.

- Defender a luta contra as detenções arbitrárias e as violações dos direitos humanos por parte dos serviços responsáveis pela aplicação da lei. Fornecer apoio jurídico e recursos às vítimas e trabalhar no sentido de reformas sistémicas para evitar tais abusos.
- Investir em programas de desenvolvimento de capacidades para activistas e organizações da SOGIESC, a fim de reforçar os seus conhecimentos jurídicos e competências de defesa, aumentando a sua eficácia na promoção e defesa dos direitos das minorias sexuais e de género.

[Fim do Resumo]